



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 22 de agosto de 2025

Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quinta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quinta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,12% São Paulo	137.321 18/8 19/8 20/8 21/8	R\$ 5,479 (+ 0,11%)	15/agosto 5,398 18/agosto 5,434 19/agosto 5,500 20/agosto 5,472	R\$ 1.518	R\$ 6,358	14,90%	Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24 Julho/2025 0,26

TARIFAÇÃO

Bloqueio de cartão de Moraes eleva tensão

Deputados protocolam requerimento para que a Fazenda explique como os bancos públicos devem lidar com as sanções

» DANANDRA ROCHA
» RAFAELA GONÇALVES

O bloqueio de um cartão de crédito de bandeira norte-americana do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), trouxe novas tensões ao sistema financeiro brasileiro. Segundo reportagem do jornal *Valor Econômico*, publicada ontem, o magistrado teria tido o cartão, emitido pelo Banco do Brasil, suspenso em razão das sanções impostas pelos Estados Unidos com base na Lei Magnitsky. Um cartão da bandeira Elo foi oferecido como alternativa para que o ministro pudesse realizar pagamentos dentro do país. Moraes já havia enfrentado situação semelhante com outra instituição financeira, que bloqueou um cartão internacional. Por questões de sigilo bancário, o BB e demais instituições financeiras declararam que não irão se manifestar sobre o caso. Analistas destacam que o banco público pode estar mais exposto a possíveis sanções dos Estados Unidos, devido à sua maior presença de servidores e ao fato de ser controlado pelo Estado.

A repercussão chegou ao Congresso Nacional. A bancada do partido Novo protocolou um Requerimento de Informação (RIC) cobrando esclarecimentos do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal lidam com sanções internacionais impostas por outros países. Até o momento, Haddad não se manifestou. O pedido, assinado pelos deputados Marcel van Hattem (Novo-RS), Luiz Lima (Novo-RJ) e Adriana Ventura (Novo-SP), solicita informações detalhadas sobre mecanismos de governança, políticas de compliance, manuais internos,

Rosinei Coutinho/STF



Dino assinou parecer informando que leis e atos estrangeiros não produzem efeitos automáticos no Brasil. Em entrevista, Moraes confirmou

bloqueio de contas e eventuais comunicações com autoridades estrangeiras. “Bancos que ignoram sanções internacionais podem perder acesso ao dólar, o que geraria consequências graves não apenas para as instituições, mas para o país como um todo”, afirmou Van Hattem.

Na justificativa, os parlamentares argumentam que falhas de governança podem colocar em risco o acesso do Brasil a mercados globais, operações de câmbio, captações externas e liquidações financeiras,

além de afetar a credibilidade do país perante organismos multilaterais. Também ressaltam que, por se tratarem de bancos públicos, eventuais prejuízos podem recair sobre o Tesouro Nacional.

“O Banco do Brasil e a Caixa cumprem papel essencial de política pública, e se houver problemas de governança, a conta sobra para o contribuinte”, alertaram os deputados na solicitação.

O *Correio* entrou em contato com o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Ministério da

Fazenda. O BB informou que não “comenta” o assunto. A Caixa, disse que “no momento”, não se manifestará. Já a Fazenda disse que está com “alta demanda” de solicitações e que a resposta será encaminhada posteriormente.

Ontem, as ações do BB voltaram a registrar queda, de 0,86%, mesmo tendo oferecido um cartão substituto. A avaliação é de que o banco tem mais a perder com a exposição ao sistema financeiro americano, o que torna a instituição mais vulnerável a punições da lei dos EUA.

No início desta semana, o BB já havia afirmado que estava preparando para lidar com temas envolvendo regulamentações globais. “Com mais de 80 anos de atuação no exterior, a instituição acumula sólida experiência em relações internacionais e está preparada para lidar com temas complexos e sensíveis que envolvem regulamentações globais”, disse em nota.

As dificuldades enfrentadas por Moraes ganharam novos contornos após parecer do ministro Flávio Dino, emitido na segunda-feira. Ele estabeleceu que leis e atos

estrangeiros não produzem efeitos automáticos no Brasil, salvo em casos de homologação judicial ou cooperação internacional. Embora a decisão esteja formalmente vinculada a processos relacionados às tragédias de Mariana e Brumadinho, o entendimento passou a ser interpretado também no contexto das sanções impostas a Moraes, abrindo margem para questionamentos sobre a atuação dos bancos.

O caso também reacende o debate sobre a relação entre legislação estrangeira e soberania nacional, levantando dúvidas sobre até que ponto bancos e empresas brasileiras devem cumprir sanções externas sem respaldo formal da Justiça local.

Moraes afirmou que instituições financeiras brasileiras podem sofrer punições se bloquearem ativos localizados no país em cumprimento a ordens norte-americanas. Segundo ele, embora a atuação da Justiça sobre bancos que operam nos EUA esteja dentro da legislação norte-americana, decisões de tribunais e governos estrangeiros só têm efeito no Brasil após validação judicial em território nacional.

As medidas dos Estados Unidos contra o ministro incluem o congelamento de ativos, a proibição de entrada no país e restrições a movimentações financeiras em instituições internacionais. Washington acusa Moraes de abusos aos direitos humanos, com alegações de censura, detenções arbitrárias e processos politizados contra opositores, entre eles o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O governo norte-americano classificou as ações do magistrado como uma “caça às bruxas ilegal”, apontando restrições desproporcionais à liberdade de expressão.

CONTAS PÚBLICAS

Arrecadação tem mais um recorde

» RAPHAEL PATI

A arrecadação de impostos e contribuições federais alcançou, em julho, R\$ 254,22 bilhões, o que representa um acréscimo real de 4,57% em relação ao mesmo mês em 2024. Esse crescimento leva em consideração a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Os

dados foram divulgados, ontem, pela Receita Federal.

De janeiro a julho, a arrecadação federal acumulou a quantia de R\$ 1,679 trilhão, o que indica um acréscimo real de 4,41% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Segundo a Receita, tanto a arrecadação de julho quanto os sete meses acumulados representam recordes de valor em toda a série histórica.

De acordo com a Receita, o desempenho em ambos os períodos é um reflexo de alterações na legislação dos Juros sobre Capital Próprio do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF-Capital) e, ainda, pela calamidade ocorrida em maio de 2024 no Rio Grande do Sul, após as fortes chuvas que atingiram o estado na época. Ao desconsiderar pagamentos atípicos, a RFB explica

que haveria um crescimento real de 5,62% na arrecadação de janeiro a julho e de 4,87% somente no mês de julho.

Entre os destaques do resultado mensal da arrecadação, está o crescimento de 8,38% no desempenho da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no Imposto de Renda para Pessoa Jurídica (IRPJ/CSLL), que somou R\$ 59,47 bilhões

em julho. No mesmo mês, a receita previdenciária totalizou uma arrecadação de R\$ 58,27 bilhões, com um ganho real de 3,41% ante o mesmo mês do ano anterior. A Taxação das apostas on-line e loterias somou R\$ 928 milhões no mês.

Com alíquotas maiores em vigor ininterruptamente desde o mês passado, a arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) foi de R\$ 6,5 bilhões, alta de 13,05% em relação a 2024. O coordenador de Previsão e Análise da Receita Federal, Marcelo Gomide, informou, no entanto, que a

mudança deve causar um impacto relevante apenas a partir do resultado deste mês, que será anunciado apenas em setembro.

Durante a coletiva, ele explicou que, como o recolhimento do IOF é feito apenas a cada dez dias, até o terceiro dia útil do segundo decênio (período de 10 dias) do mês, o tempo em que vigorou as novas alíquotas foi bastante reduzido, o que não causou um impacto tão relevante na arrecadação federal neste período. A previsão do governo é de que a arrecadação renda R\$ 12 bilhões em 2025 e R\$ 31,2 bilhões em 2026.

Aprovada urgência para isenção de IR

» WAL LIMA

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, a urgência na votação do Projeto de Lei nº 1.087/25, que garante a isenção do Imposto de Renda para quem possui renda de até R\$ 5 mil. O mérito da proposta, no entanto, será votado somente na próxima semana, com data a definir.

Durante a votação, o presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), destacou que a pauta era importante, e que, trará benefícios. “A exemplo da pauta de ontem (sobre aduização), esta é uma pauta que une a Casa e que, sem dúvida alguma, demonstra o sentimento de convergência acerca dos grandes

temas e das grandes pautas nacionais”, afirmou Motta.

Alencar Santana (PT-SP), líder interino do governo Lula na Câmara, lembrou que a proposta de isenção do imposto de renda foi uma promessa de campanha do presidente da República. “Muitos já falaram — outros governos, outros presidentes — mas quem está efetivando essa proposta trazida durante a campanha de 2022 é o presidente Lula, porque tem compromisso com aquilo que ele fala, aquilo que propôs, aquilo que se comprometeu e, acima de tudo, compromisso com o povo trabalhador mais humilde deste país”, disse o petista.

Da oposição, a deputada Bia Kicis (PL-DF) destacou a relevância

da proposta mas fez críticas ao governo federal. “Este realmente é um projeto muito importante. E nós precisamos sempre trabalhar pela redução da carga tributária. No entanto, obviamente, só teremos redução de carga se tivermos redução de despesas. Não adianta o governo ficar criando despesas, gastando como se não houvesse amanhã e querendo dar benefícios, isenções”, falou a parlamentar, ao votar pela minoria da Casa.

Sobre a proposta

Atualmente, estão isentos do pagamento de IR somente quem ganha até dois salários mínimos deste ano, o equivalente a R\$ 3.036. Com a mudança, após

a aprovação do mérito da proposta e sanção pelo governo federal, previstas ainda para este mês, além da isenção de imposto de renda para quem recebe até R\$ 5 mil, o texto também corrige o limite de isenção anual de R\$ 84 mil para R\$ 88.200, valor que corresponde ao teto mensal de R\$ 7.350 já adotado e que isenta parcialmente as pessoas que recebem salário equivalente ao valor.

A principal fonte de compensação dos custos da isenção — de quase R\$ 26 bilhões, será por meio da taxação de contribuintes de alta renda, os “super ricos”, que contará com um mínimo de 10% de alíquota, incluindo o que eles ganham com lucros e dividendos de empresas.

Comemoramos 58 anos transformando vidas pela educação. Esse é o nosso maior compromisso.

